

**“BREUE MEMORIAL DOS PECADOS 7 COUSAS
QUE PERTENCÊ HA CÕFISSÃ. HORDENADO
POR GARCIA DE RESÊDE FIDALGUO DA CASA
DEL REI NOSSO SENHOR.” LIXBOA: PER
GERMÃO GAILLARDE, 25 FEUEREIRO 1521: A
PHILOLOGICAL STUDY**

**“BREUE MEMORIAL DOS PECADOS 7 COUSAS
QUE PERTENCÊ HA CÕFISSÃ. HORDENADO POR
GARCIA DE RESÊDE FIDALGUO DA CASA DEL
REI NOSSO SENHOR.” LIXBOA: PER GERMÃO
GAILLARDE, 25 FEUEREIRO 1521: UM ESTUDO
FILOLÓGICO**

Elias Alves de ANDRADE

Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de
Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

RESUMO

Este artigo visa fazer um estudo filológico de dois fôlios do códice: “Breue memorial dos pecados 7 cousas que pertencê ha cõnfissã.”, produzido em Lisboa em 25 de fevereiro de 1521, de autoria de Garcia de Resende, fidalgo pertencente à Corte Portuguesa. Para isso, serão utilizados, como referencial teórico, princípios da Filologia, ciência que estuda o texto escrito, antigo ou moderno, impresso ou manuscrito, especificamente quanto às funções substantiva, adjetiva e transcendente, na concepção de SPINA (1977), além da descrição de seus aspectos paleográficos.

ABSTRACT

This article aims to make a philological study of two folios of the codex: “Breue memorial dos pecados τ cousas que pertencê ha cõfissã.”, made in Lisbon on 25 February 1521, written by Garcia de Resende, nobleman belonging to the Portuguese Court. For this, will be used as theoretical referential, principles of Philology, the science that studies the writing text, ancient or modern, printed or manuscript, specifically regarding substantive, adjectival and transcendent functions, in the conception of SPINA (1977), beyond the description their paleographic aspects.

PALAVRAS-CHAVE

Filologia. Funções substantiva, adjetiva e transcendente. Paleografia

KEYWORDS

Philology. Paleography. Substantive, adjective and transcendent Functions

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar, da maneira mais acessível possível a um maior número de leitores, a análise filológica de dois fólhos de texto da Língua Portuguesa, “Breue memorial dos pecados τ cousas que pertencê ha cõfissã. hordendo por Garcia de resêde, fidalguo da casa del Rei nosso senhor.”, produzido em “Lixboa: per Germão gaillarde, 25 de Feuereiro 1521”.

Para isso, serão utilizados princípios da Filologia, ciência que se ocupa do texto escrito, manuscrito ou impresso, antigo ou moderno, de acordo com SPINA (1977), compreendendo-se por período antigo da Língua Portuguesa o que abrange do século XII, quando se estabelece o estado português, até o século XVI, e, por moderno, o compreendido entre os século XVI e XIX.

Segundo SPINA (1977), a Filologia nasceu entre os séculos I a.C. e II d. C., em Alexandria, no Egito, então dominado pela Grécia, em razão da necessidade de se restaurarem textos do período clássico grego, que compreende os séculos V e IV a. C., já que, com o passar do tempo, e pelas condições inadequadas de armazenamento, estavam se deteriorando.

Foram, então, contratados, pela biblioteca de Alexandria, os copistas, ou amanuenses, encarregados de transcrever os manuscritos, profissionais treinados para isso, detentores de certo grau de instrução, que, mesmo assim, estavam sujeitos, ao desempenhar seu trabalho, a cometerem erros, voluntários ou não, na transcrição dos testemunhos, repercutindo em sua alteração, que levavam, muitas vezes, ao comprometimento de sua fidedignidade aos originais.

Exemplos dessas alterações podem ser observados quando se cotejam os testemunhos de 1521, provavelmente o original, aqui estudado, com o de 1545, certamente cópia, pelo cabeçalho, conforme se pode ver a seguir:

Testemunho de 1521: “*℄ Breue memorial dos pecados ⁊ cousas que pertencẽ ha cõfissã. hordenado por Garcia de resẽde, fidalguo da casa del Rei nosso senhor, Lixboa: per Germão gaillarde, 25 de Feuereiro 1521*”.

Testemunho de 1545: “*℄ Breue memorial de pecados ⁊ cousas que pertençam a confissão. Ordenado per Garcia de Resen | =de. Fidalgo da casa del Rey nosso señor. Com priuilegio. Lixboa p Germão galharde. aos. XV. dias de Março de 1545*”¹.

Pode-se observar as diferenças de grafia seguintes: <pertencẽ> e <pertençam>, <ha> e <a>, <cõfissã> e <confissão>, <hordenado> e <Ordenado>, <por> e <per>, <resẽde> e <Resende>, <fidalguo> e <Fidalgo>, <senhor> e <señor>, <per> e <p>, <gaillarde> e <gallarde>.

¹ A barra vertical (|) indica mudança de linha na transcrição.

A transcrição de um texto, ou sua edição, e sua explicação, visando facilitar sua leitura, são tarefas da Filologia, cabendo, no âmbito dessa ciência, à Crítica Textual, que busca a reconstituição de um texto, que, segundo SPAGGIARI e PERUGI (2004: 32), se aproxime o mais possível do original perdido, devolver-lhe a genuinidade, ao procurar restabelecer a última vontade de seu autor (Cf. AZEVEDO FILHO, 1987: 15). Essa Cf.técnica foi empregada inicialmente por Karl Lachmann (1793 – 1851), fillólogo alemão que, ao editar o Novo Testamento, estabeleceu um método específico para a consolidação da atividade filológica dentro de princípios científicos.

A Paleografia e a Codicologia, disciplinas auxiliares à Filologia e à Crítica Textual, oferecem-lhes técnicas eficientes para o trabalho filológico. A Paleografia se ocupa das características do texto, a escrita e sua classificação por períodos da história, como gótica, carolíngia, humanista, os tipos de letras, constituição dos parágrafos, separação intravocabular e translinear, abreviaturas, existência ou não de fronteiras entre palavras, acentuação e pontuação, dentre outras.

Por sua vez, a Codicologia, embora não seja aqui abordada, trata do estudo da técnica do códice, ou seja, do livro, da descrição do material de suporte do texto, do papel que foi utilizado, do local de sua fabricação, da identificação de seu fabricante, da matéria prima utilizada para a sua confecção, do tipo e origem da tinta usada para a escrita do texto, do instrumento de escrita, pena de ave ou de metal, cálamo etc., dentre outras características, de acordo com ANDRADE, BARONAS e SANTIAGO-ALMEIDA (2014: 385).

1. Edições Fac-Similar e Semidiplomática

O códice aqui estudado, provavelmente o original, “ꝛ Breue memorial dos pecados ꝛ cousas que pertencẽ ha cõfissã.” possui autoria atribuída a Garcia de Resende (1470 ? – 1536) e foi editado por Germão Gaillarde, em 25 de fevereiro de 1521, em Lisboa, Portugal. Esse códice

pertence à Biblioteca Nacional de Lisboa, onde está identificado como “RESERVADO 91 B.N.L.” e uma etiqueta, posteriormente colocada, com as informações: “Livraria de J. G. MAZZOTI SALERMA GARÇÃO”.

Existe ainda outro códice desta obra, certamente cópia, “Breue memorial de pecados τ cousas que pertençam a confissão. Ordenado per Garcia de Resende. Fidalgo da casa del Rey nosso señor. Com priuilegio.”, produzido em “Lixboa p Germão galharde. aos. XV. dias de Março de 1545”, pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, identificado como “RESERVADO 92 B.N.L.”.

A preparação de um texto escrito, manuscrito ou impresso, para publicação, dadas as dificuldades naturais que pode apresentar em decorrência, por exemplo, de se tratar de um texto pertencente ao período antigo da Língua Portuguesa, século XVI, exige que seja transcrito, visando facilitar sua leitura por um público, desde o mais restrito até um mais amplo.

Assim é que alguns autores, dentre eles SPINA (1977) e CAMBRAIA (2005), propõem tipos de edição de texto, classificando-os de acordo com os graus baixo, médio ou alto, de intervenção do editor no texto original.

Para este artigo, optou-se por utilizar a edição fac-similar, que é a fotografia ou a digitalização do documento, que consiste em grau próximo de zero de intervenção do editor no original, em que apenas se copia o original, por meio mecânico, alterando-se apenas o papel e, em alguns casos, a cor da tinta.

Em seguida, procedeu-se à edição semidiplomática, que representa um baixo grau de alteração do original, apenas com o desdobramento das abreviaturas, mantendo-se todas as demais características como grafia das palavras, acentuação, pontuação etc., além, naturalmente, da transposição de material impresso em épocas passadas, como no presente caso, para o formato digitado.

Será feita, neste artigo, a análise de apenas dois fólhos, 1r e 2v², folhas ou páginas, do códice ou livro citado, o primeiro sem numeração e o segundo identificado como ‘b iij’.

1.1 Edição Fac-Similar



1.2 Edição Semidiplomática

1.2.1 Critérios para a Edição Semidiplomática

Para a presente edição dos dois fólhos aqui estudados, foram adotadas as seguintes orientações propostas por ocasião do II Seminário Para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão em maio de 1998, com adaptações:

² Leia-se Fólio 1r, como fólho ou página 1, *recto*, ou frente, e Fólio 2v, como Fólio 2, *verso*.

- a) As linhas são numeradas de cinco em cinco, com alinhamento do texto à margem esquerda do editor.
- b) As abreviaturas são desdobradas e os caracteres nelas omitidos expressos em itálico.
- c) A ortografia, as letras maiúsculas e minúsculas, acentuação, pontuação etc. são mantidas como no original.
- d) As fronteiras entre palavras são estabelecidas.

1.2.2 Edição Semidiplomática

Fólio 1v

- 1 seguio algũ mal e que e antre quẽ
Se por caber com os senhores ou
outras pessoas lhe louuo o mall que
fazem e lhe dou causa a ser piores
- 5 Se disse dalgũa pessoa cousa cõ que
lhe fizesse perder a merçe que lhe
faziam e se a pedi pera mi ou pera
Outrẽ. ¶ O nono nõ cobiça
ras a molher alhea. —
- 10 SE desejey a molher ou filha
alhea. Se desejey freyra ou pa
renta ou judia ou moura ou outra
algũa e quanto me durou este desejo
Se trabalhey ou pus por obra de
- 15 o compryr e se o fizera se podera.
Se desejey ser desejado dalguũa
molher. — —
¶ O deçimo nõ cobiçaras
as cousas alheas. —

Fólio 2r

- 20 Se cobicey desordenadamente
as cousas alheas ou riquezas
demasiadas. Se desejey senhorio
ou poder ou officio para com ysso
fazer mall ou pesar alguẽ. Se inju

25 stamente cometo demandas para
auer o dos prouxtimos e dou por
isso a pressoões e me nom lembra
nem tenho respyto se nam soo a
meu proveyto. Se per cobiça le
30 uey algũa peita e errey em meu o
fício nõ goardando dereito as par
tes/ ou dey sentença como nom de
uya e fiz por isso mal alguẽ. Se de
sêjey ou frabalhey de ser rico per
35 alguũ mao camynho. Se per cobi
ça viuo descõtente do que tenho/
e nom louuo deos polo que me deu/
ou tenho odio alguẽ por ter mais
que eu e me parêçe mal o que deos faz
40 b ij

2. Comentários Paleográficos

A Paleografia, disciplina auxiliar à Filologia, para SPINA (1977: 33), além de ser o estudo da escrita antiga, se dedica a compreender “[...] os tipos caligráficos fundamentais [...], e em especial os acidentes que se foram desenvolvendo no mecanismo da escrita tais como a pautação, a divisão entre a palavras, a paragrafação, a pontuação, os acentos, as abreviaturas.” Na mesma direção, ACIOLI (2003: 6) classifica a Paleografia como “[...] a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas [...]”.

Também CAMBRAIA (2005: 23) afirma ser a Paleografia o “estudo das escritas antigas”, além de ter por finalidade teórica a “[...] preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita, e também pragmática, pois visa capacitar os [...] leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado”.




A análise dos dois fólhos do códice sob estudo propicia as seguintes observações paleográficas:

- a) Formação dos ditongos, tendo por semivogal a letra **o** e não **u**, como atualmente. Exemplos³: <seguio> (1), <goardando> (31), <mao> (35), <deos> (37) e <deos> (39).
- b) Presença de hiato em palavras que, mais tarde, sofreram a ditongação, como em: <alhea> (9 e 11) e <alheas> (19 e 21).
- c) Formação do ditongo tendo por semivogal a letra **y** e não **i**, como atualmente. Exemplos: <desejey> (10, 16 e 22), <desejey> (11), <de|sejey> (33/34), <freyra> (11), <trabalhey> (14 e 34), <cobicey> (20), <respeyto> (28), <proveyto> (29), <le^z|uey> (29/30), <errey> (30), <dey> (32) e <de|uya> (32/33).
- d) Uso da letra **y** em sílaba tônica, como em: <yssso> (23), <compryr> (15) e <camynho> (35).
- e) Nasalização, usando-se o til, apenas, sem a presença das consoantes **m** ou **n**, como em: <algũ> (1), <alguũ> (35), <dalgũa> (5), <dalgũa> (16), <algũa> (13), <quẽ> (1), <cõ> (5), <outrẽ> (8), <nõ> (8, 18 e 31), <alguẽ> (24, 33 e 38) e <descõtente> (36). Observem-se as ocorrências de <nom> (27,32 e 37) e <nam> (28).
- f) Emprego do ditongo **ou** por **oi**, como em: <cousa> (5) e <cousas> (19 e 21).
- g) Uso do **ç** antes de **e** e **i**, como em: <merçe> (6), <deçimo> (18) e <pareçe> (39).
- h) Emprego de abreviaturas por apócope, supressão de letras ao final do vocábulo, como em: <que> (3, 5, 37 e 39), e por síncope, supressão de letras no interior da palavra, como em: <desejey> (11), <quanto> (13), <dereito> (31) e <deos> (39).




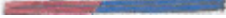



³ É usual em trabalhos filológicos colocar as citações de palavras entre díplex < >. O uso de parênteses indica a linha em que a palavra ocorre na transcrição.

- i) Utilização da letra ramista **u** por **v**, introduzida pelo francês Pierre de la Rameé, no século XVI, ao lado de **i** por **j**, como em: <louuo> (3 e 36), <auer> (26), <le”|uey> (29/30), <de|uya> (32e 33) e <viuo> (36).
- j) Emprego da crase pela duplicação da vogal, ao invés do uso do acento grave, como atualmente. Exemplo: <soo> (28).
- k) Ocorrência de <pera> (7) por “para”, forma atual, de <per> (29, 34 e 35) por “por”, forma atual, e de <polo>, resultado de “por+o” (37) por “pelo”, forma atual.
- l) Ocorrências ortográficas, como em: <mi> (7) por “mim”, <molher> (9, 10 e 17) por “mulher”, <compryr> (15) por “cumprir”, <podera> (15) por “pudera”, <mall> (24) por “mal”.
- m) Separação translinear de vocábulo, sem hífen, como em: <pa|renta> (11/12), <inju|stamente> (24/25), <par|tes> (31/32), <de|sejey> (33/34) e <cobi|ça> (35/36).

Há apenas uma ocorrência com hífen (”), em <le”|uey> (29/30), usado com sinal de aspas, atualmente (Cf. ANDRADE, 2010: 150-154, para outros exemplos de aspectos paleográficos).

Vale destacar a presença das notas tironianas, abreviaturas, com , em <dæreito> (31) e <dæos> (39), em que foi suprimida a letra **e**, e , em <quanto> (13), que teve suprimido o ditongo **ua**. Constitui também nota tironiana a vogal <e> (1, 4, 7, 13, 15, 26, 27, 30, 33, 37 e 39), representada por  (Cf. Higounet, 2004: 145-157). Observe-se também a presença do sinal (/), ao final das linhas 36 e 37, que indica parênteses.

A escrita no texto pode ser classificada como gótica, forma que substituiu, nos séculos XII e XIII, a escrita carolíngia ou francesa. Não se trata de uma nova escrita, pois guarda as formas e o *ducto*, tamanho das letras minúsculas e maiúsculas, da escrita carolíngia, segundo HIGOUNET (2003: 137-142).

São observadas no testemunho ocorrências de iluminuras, ilustrações comumente usadas para adornar o texto, com letras escritas dentro de um retângulo, ilustrado em cores, podendo ser também em ouro ou prata, em casos de documentos oficiais:  <S> (10 e 20), maiúsculo, na cor verde, abrangendo duas linhas de tamanho, e  <S> (2, 5, 11, 14, 16, 22, 24, 29, 33 e 35), menor, nas cores vermelha, azul e verde, também maiúsculo. Observa-se ainda o sinal,  (18), letra **C**, indicando capítulo ou seção, além de barras horizontais, , , , , de comprimento variado e largura uniforme, nas linhas 9, 17 e 19, nas cores vermelha, azul e verde.

3. As Funções Adjetiva e Transcendente da Filologia

A Filologia, segundo SPINA (1977: 77), possui três funções: a) A *função substantiva*, pela qual “[...] ela se concentra no texto para explicá-lo, restitui-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação”; b) A *função adjetiva*, pela qual “[...] ela *deduz*, do texto aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização)”; e c) A *função transcendente*, pela qual “[...] o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época.”

O estudo que se concentra no texto, como foi feito nos itens 2, com as edições fac-similar e semidiplomática, e 3, em que foram descritos os aspectos paleográficos que, segundo SPINA (1977), pertencem ao âmbito da *função substantiva* da Filologia.

Aqui, serão abordados aspectos voltados para as funções adjetiva e transcendente da Filologia, conforme definição do autor anteriormente citado.

Quanto à função adjetiva, pela qual se enfoca o autor e sua obra literária, destaque-se que Garcia de Resende, nascido em Évora, Portugal, em meados de 1470 (?) e morto em 1536, viveu a maior parte de sua vida na corte portuguesa, tendo sido contemporâneo de Gil Vicente e Sá de Miranda. Além dos cargos que ocupou na corte, foi poeta, cronista, músico, desenhista, tendo compilado, dentre outras obras, o *Cancioneiro Geral* (1521), produção de autores da época. (AMARAL, 2000-2015).

Pode-se afirmar que o “Breue memorial dos pecados ̄ cousas que pertencË ha cõfissã.”, em razão de Garcia de Resende ter sido praticamente criado pelo bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, e com ele e demais clérigos convivido por boa parte de sua vida, reflete, na forma e no conteúdo, princípios da Igreja Católica.

A propósito do formato da obra, sob a ótica da função transcendente, observa-se que, embora o testemunho não esteja sendo integralmente objeto de análise nesse artigo, foi redigido sob a forma dos dez mandamentos da Bíblia, numa evidente demonstração da influência da religião sobre o autor, certamente cristão, católico, traços que, mais especificamente, podem ser observados nas referências: “O nono nõ cobiça | ras a molher alhea.” (8 e 9) e “O deçimo nõ cobiçaras | as cousas alheas.” (18 e 19).

Há outros aspectos que, a partir do texto, remetem a características da sociedade medieval da época, século XVI, fortemente influenciada pela doutrina cristã, da religião católica, ainda hegemônica, indicando, por exemplo, o comportamento moral predominante, expresso em “[...] nõ cobiça | ras a molher alhea.” (8 e 9), “SE desejey a molher alhea ou filha | alhea.” (10 e 11), “Se desejey ser desejado dalguã | molher.” (16 e 17), “[...] nõ cobiçaras | as cousas alheas.” (18 e 19) e “Se per cobi | ça viuo descõtente do que tenho | e nom louuo deos polo *que* me deu | ou tenho odio alguẽ por ter mais | *que* eu [...]” (35-39).

Além disso, o excerto: “Se desejey freyra ou pa | renta ou judia ou moura [...]” (11 e 12) revela, em relação às freiras, o princípio de que,

por terem sido consagradas a Deus, exclusivamente, o que permanece até hoje, não poderiam ser desejadas. Quanto à proibição de não se poder desejar judias, configurava-se a rejeição ao povo judeu, o mesmo podendo ser dito também com relação às mouras, árabes, as quais, com a agravante de que, além de não terem a Bíblia como orientação religiosa, eram seguidoras da doutrina islâmica, tendo o Corão por livro sagrado, Maomé por profeta e Alá por divindade suprema.

Esses “pecados”, à época, eram passíveis de punição divina, necessitando, pois, de pedido de perdão divino, ou mesmo, inclusive podendo levar à excomunhão e julgamento pelos tribunais da Inquisição da Igreja Católica.

Por fim, vale destacar os versos: “Se de | sejey ou trabalhey de ser rico per | alguũ mao camynho.” (33 e 34) sugerindo poder-se remeter, dentre outros, a um mal, já existente à época, crônico ainda hoje, a corrupção, o enriquecimento ilícito, embora, conforme o texto, devia ser condenável e passível de arrependimento.

Conclusão

Procurou-se, nesse artigo, dar um tratamento filológico a um texto antigo, datado de 25 de fevereiro de 1521, portanto pertencente ao período de transição entre as fases antiga e moderna da Língua Portuguesa, de forma a que todo o tipo de leitor, mesmo aquele que não tem formação específica nas áreas de Letras, Filologia ou afins, possa compreender o trabalho filológico, que faz parte da ciência linguística.

Assim, foram apresentadas as edições fac-similar e semidiplomática do texto, testemunho ou documento, entendendo-se que esta última edição, sendo uma transcrição do original, visa facilitar a leitura dos dois fólios aqui estudados, que, por terem a escrita classificada como gótica, pode ter sua compreensão comprometida.

Além disso, fez-se a análise de aspectos paleográficos do testemunho, procurando elucidar características da escrita à época, que refletia uma modalidade de língua mais próxima do galego português.

Por fim, foram abordados aspectos concernentes às funções adjetiva e transcendente da Filologia, características da história social da época, temas relativos à influência da Igreja Católica sobre a sociedade, no caso específico deste testemunho, a questão de gênero, no tocante às mulheres mouras, freiras e judias, temas por vezes pouco abordados em artigos que abordem essa temática de estudo histórico da Língua Portuguesa.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: Um guia para a leitura de documentos manuscritos.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2003.

AMARAL, Manuel. Portugal – **Dicionário histórico.** Lisboa: Ed. Eletrônica, vol. III, 2000 – 2015.

ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. **Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso – Janeiro de 1800.** Edição revisada. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

ANDRADE, Elias Alves de. **Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX.** Revista Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, FFLCH/USP, 2009, ano 2010/2011, p. 149-172.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Iniciação em crítica textual.** São Paulo: EdUSP, 1987.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. 13^a edição corrigida. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual**. São Paulo: Ed. Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica: Crítica textual**. São Paulo: Cultrix, 1977.

Recebido em: 12/09/2015 e aceito em: 10/12/2015.